

Diário da Assembléia Legislativa

RESOLUÇÃO N. 597, DE 15 DE OUTUBRO DE 1975

Altera dispositivos do Regimento Interno

Retificações

No artigo 3.º, na nova redação dada ao artigo 30 da Resolução n. 576, de 26 de junho de 1970,
 Onde se lê:
 "Artigo 30 —"
 § 6.º . . . especificamente, à Comissão de Assuntos Metropolitanos"
 § 14 . . . e reorganização de repartições da administração direta"
 leia-se:
 Artigo 30 —"
 § 6.º . . . especificamente, à Comissão de Assuntos Metropolitanos"
 § 14 . . . e reorganização de repartições da administração direta"
 No artigo 4.º,
 Onde se lê:
 "... vigorar com a seguinte Redação:",
 leia-se:
 "... vigorar com a seguinte redação:".

DISCURSO PRONUNCIADO NA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13-10-75

O SR. OSMAR RIBEIRO FONSECA — Sr. Presidente e Srs. deputados, há poucos dias recebemos abaixo-assinado de motoristas e cobradores de ônibus de empresas da Região do ABC, relatando várias irregularidades existentes nas empresas para as quais trabalham.

Referem-se eles, entre outras coisas, ao mau funcionamento e às péssimas condições dos ônibus, bem como ao não cumprimento dos seus horários de trabalho, razão pela qual estamos encaminhando cópia daquele abaixo-assinado ao Sr. Secretário dos Transportes, ao Sr. Secretário do Trabalho e também ao nobre deputado, Gustavo Korte, Presidente da Comissão Especial de Inquérito para investigar as condições dos transportes coletivos na Grande São Paulo.

Sr. Presidente e Srs. deputados, se forem verdadeiras as alegações contidas no abaixo-assinado que recebemos, cabe às autoridades aqui referidas tomarem energéticas providências com relação àquelas empresas de ônibus.

Vejam V. Exas. o que acontece: não há por parte das empresas, respeito ao horário de trabalho daqueles empregados; as condições dos ônibus não permitem segurança aos passageiros; alegam, inclusive, que policiais pertencentes à Polícia Militar do Estado dirigem aqueles ônibus, trabalho esse que executam como "bicos".

Desta forma, Sr. Presidente e Srs. deputados, esperamos que o Sr. Secretário dos Transportes, o Sr. Secretário do Trabalho e o nobre deputado Gustavo Korte, que tão brilhantemente preside a Comissão Especial de Inquérito para investigar as condições dos transportes coletivos na Grande São Paulo, tomem as devidas providências, porque, como já dissemos, se forem verdadeiras as acusações, que consideramos gravíssimas, poderão trazer sérias consequências para os proprietários das empresas de ônibus uma vez que têm causado enormes prejuízos para os motoristas e cobradores, que lutam com grande sacrifício para ganhar o pão de cada dia.

Era este o nosso pronunciamento de hoje.

ERRATA

74.ª Sessão Extraordinária de 8-10-75, publicada no D.A. de 15-10-75 publicada no D.A. de 15-10-75, parte de Ementário, quarta coluna inferior, após a assunção do Sr. Deputado João Gilberto Sampaio à Presidência:
 Jayro Maltoni — Requer verificação de presença.
 Presidente João Gilberto Sampaio — Determina a verificação de presença e anuncia equorunha.
 Jayro Maltoni — Discute o PL n.º 449-75. (Publicado novamente por ter saído com incorreções)

EXPEDIENTE

da 113.ª Sessão Ordinária, da 1.ª Sessão Legislativa, da 8.ª Legislatura, Realizada em 16-10-1975

INDICAÇÕES

DO DEPUTADO ANTONIO CARLOS MESQUITA
 N. 2878, de 1975 — Indica ao Executivo providências no sentido de autorizar o efetivo funcionamento do curso de engenharia mecânica da Faculdade de Engenharia mecânica da Faculdade de Engenharia de Limeira, integrante da Universidade de Campinas, conforme dispõe resolução do Conselho Estadual de Educação.

DO DEPUTADO AUGUSTO TOSCANO
 N. 2879, de 1975 — Indica ao Executivo a doação de uma ambulância à Santa Casa de Misericórdia de Itápolis.

DO DEPUTADO ARCHIMEDES LAM-MOGLIA
 N. 2880, de 1975 — Indica ao Executivo a necessidade de autorizar a revisão e novos estudos no Decreto n. 6839, de 2 de outubro de 1975, que permite estágios gratuitos de acadêmicos de cursos superiores.

DO DEPUTADO ANTONIO SALIM CURIATI

N. 2881, de 1975 — Indica ao Executivo a possibilidade dos atuais ocupantes das funções de Secretário de estabelecimento de ensino de qualquer grau, da Administração centralizada e descentralizada, que estejam exercendo essa atividade, há mais de dois anos, serem nomeados para esses cargos em caráter efetivo.

DO DEPUTADO NADIR KENAN

N. 2882, de 1975 — Indica ao Executivo a concessão de auxílio financeiro ao município de Castilho, para construção de uma ponte sobre o Ribeirão do Molinho.
 N. 2883, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de prédio próprio, no município de Castilho, para nele ser transferido o ginásio estadual.
 N. 2884, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de prédio próprio, para o Centro de Saúde de Castilho.

DO DEPUTADO WADH HELÚ

N. 2885, de 1975 — Indica ao Executivo a pavimentação asfáltica do acesso que liga a cidade de Iperô à rodovia Castelo Branco.
 N. 2886, de 1975 — Indica ao Executivo o prolongamento da rede de água e esgoto para o Jardim Samara.

DO DEPUTADO EDSON TOMAZ DE LIMA

N. 2887, de 1975 — Indica ao Executivo a criação de uma Casa da Lavoura no município de Tarabai.

DO DEPUTADO JOAO LAZARO DE ALMEIDA PRADO

N. 2888, de 1975 — Indica ao Executivo providências no sentido de ser fixado o número de funções de Arrecador de Receita, bem como sejam estabelecidas atribuições ao Exator que for designado para o exercício dessa função.
 N. 2889, de 1975 — Indica ao Executivo o envio de Mensagem, a esta Casa, acompanhada de Projeto de lei, enquadrando nos cargos de Diretores de Escola, referência "GD-9", os professores e orientadores educacionais que, anteriormente a 15-10-74, respondiam pelo expediente das referidas diretorias na Rede do Ensino Técnico.

DO DEPUTADO JAYRO MALTONI

N. 2890, de 1975 — Indica ao Executivo o enquadramento dos motoristas do Departamento de Estradas de Rodagem na referência "13".
 N. 2891, de 1975 — Indica ao Executivo conceder um substancial aumento de vencimentos aos servidores que, à época do advento da Lei da Paridade, optaram pelo sistema retributivo até então vigente.

DO DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL

N. 2892, de 1975 — Indica ao Executivo a construção e pavimentação de uma rodovia ligando os municípios de Bariri e Boracéia, passando pela barragem da CESP, construída sobre as águas do rio Tietê.

DO DEPUTADO JORGE FERNANDES DA SILVA

N. 2893, de 1975 — Indica ao Executivo o asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Bariri e Ibitinga.
 N. 2894, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de trevo de acesso à cidade de Bariri, com passagem superior ou inferior de nível, no trecho da rodovia SP-304, que liga os municípios Jaú-Bariri-Ibitinga.
 N. 2895, de 1975 — Indica ao Executivo a designação de um Delegado, um Escrivão e funcionários para a Delegacia de Polícia de Ilhabela.

DO DEPUTADO VANDERLEI SIMIONATO

N. 2896, de 1975 — Indica ao Executivo providências no sentido de que os cargos de Motorista e de Artífice do Departamento de Estradas de Rodagem — DER — sejam enquadrados na ref. "14".

DO DEPUTADO WADH HELÚ

N. 2897, de 1975 — Indica ao Executivo a doação de um parque infantil à cidade de Tietê.

DO DEPUTADO SEBASTIAO MARCONDES

N. 2898, de 1975 — Indica ao Executivo proceder a reforma do prédio do GESC "Prof. Euripedes Braga", bem como a am-

pliação de duas salas de aula, localizado no bairro do Campo Alegre, em Pindamonhangaba.

DO DEPUTADO ADEMAR DE BARROS

N. 2899, de 1975 — Indica ao Executivo seja retificado o traçado da estrada Pareheiros-Colônia Paulista, bem como o seu recapeamento.

DO DEPUTADO CASTELLO BRANCO

N. 2900, de 1975 — Indica ao Executivo o envio de mensagem a esta Casa, consultando projeto de lei complementar, dando direito, ao funcionário nomeado para outro cargo público, de levar o grau em que se encontrava enquadrado no cargo anteriormente ocupado.

DO DEPUTADO OSMAR RIBEIRO FONSECA

N. 2901, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de prédio próprio para a 2.ª Companhia do 6.º B.P.M.M., sediada em São Caetano do Sul.

DO DEPUTADO SEBASTIAO MARCONDES

N. 2902, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de mais quatro salas de aulas no prédio do Instituto de Educação "João Gomes de Araújo", de Pindamonhangaba.

DO DEPUTADO IVAN ESPINDOLA DE AVILA

N. 2903, de 1975 — Indica ao Executivo a concessão do 13.º salário ao servidor público do Estado.

N. 2904, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de rede de água na Vila Sorata, no bairro da Ponte Rasa, nesta Capital.

DO DEPUTADO NEFI TALES

N. 2905, de 1975 — Indica ao Executivo autorizar o funcionamento de outras linhas particulares de ônibus, além das já existentes, ligando São Paulo ao Jardim Presidente Dutra, em Guarulhos.

DO DEPUTADO WALTER MENDES

N. 2906, de 1975 — Indica ao Executivo providências no sentido de que os cônjuges do Juiz de Direito, Promotor Público e Delegado de Polícia, possam ficar adidos à Secretaria a que pertencem na cidade para a qual foi transferido o cônjuge titular dos mencionados cargos.

N. 2907, de 1975 — Indica ao Executivo estudos visando tornar automática a inscrição do serventário da Justiça, não oficializada como beneficiário do serviço médico e hospitalar do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual.

N. 2908, de 1975 — Indica ao Executivo sejam plantadas ciprestes do tipo "Ficus Benjamini" nos canteiros central da Rodovia Castelo Branco.

N. 2909, de 1975 — Indica ao Executivo estudos visando alterar a legislação vigente, de forma que os segurados da Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, tenham assegurados os mesmos benefícios que são concedidos pelo INPS.

DO DEPUTADO SEBASTIAO MARCONDES

N. 2910, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de uma ponte de concreto, com 12 metros de vão, sobre o leito do Rio Tefequera, em substituição a de madeira, no município de Pindamonhangaba.

N. 2911, de 1975 — Indica ao Executivo o asfaltamento da estrada que liga o município de Pindamonhangaba à rodovia Presidente Dutra, passando pelo bairro Cidade Nova.

N. 2912, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de casa populares, no município de Pindamonhangaba.

N. 2913, de 1975 — Indica ao Executivo o recapeamento do trecho da antiga estrada de rodagem Rio-São Paulo, entre Pindamonhangaba e Roseira.

N. 2914, de 1975 — Indica ao Executivo a concessão de auxílio financeiro para a Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba.

N. 2915, de 1975 — Indica ao Executivo a construção de uma ponte de concreto armado, sobre o Rio Paraíba, no bairro das Taipas, no município de Pindamonhangaba.

DO DEPUTADO KOYU IHA

N. 2916, de 1975 — Indica ao Executivo a repavimentação asfáltica da Rodovia que liga os Municípios de Registro e Sete Barras, no Vale da Ribeira.

ERRATA

INDICAÇÃO

DO DEPUTADO EMILIO JUSTO
 N. 2874, de 1975 — Indica ao Judiciário estudos visando a alterar as áreas de jurisdição atribuídas aos dois Cartórios da Circunscrição Imobiliária da Comarca de Moji das Cruzes.
 N. 2875, de 1975 —
 (Publicado novamente por ter saído com incorreção no Diário da Assembléia do dia 16-10-75).

EMENDA

EMENDA N.º 1, DE 1975, AO PROJETO DE LEI N.º 499, DE 1975 (S.L. 5375)

Dê-se ao artigo 1.º do Projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

"Artigo 1.º — É declarado de utilidade pública o Consórcio Intermunicipal de Promoção Social da Região da Baixa Mogiana, com sede em Moji Mirim.

Justificativa

Visa a presente emenda tão-somente corrigir omissão verificada na redação do artigo 1.º do Projeto de lei n. 499, de 1975, no que diz respeito ao nome da entidade

que se pretende declarar de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1975

a) José Theophilo Albejante

EMENDA N.º 2, AO PROJETO DE LEI N.º 466/75 (S.L. 56, de 1975)

A — Dê-se ao artigo 1.º, "caput" a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo externo no valor de até US\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares), destinando-se, desse valor, até US\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de dólares) à complementação de recursos para as obras da linha Leste-Oeste do "Metró" de São Paulo, até US\$ 110.000,00 (cento e dez milhões de dólares) a melhoramentos nas Rodovias Anhangera e Anhanguera, à conclusão da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes e ao início da construção da Via Norte, e até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) à pavimentação de estradas e recapeamento de acesso a Municípios".

B — Acrescente-se o seguinte § 2.º ao artigo 1.º, transformando o seu parágrafo único em § 1.º:

"§ 2.º — As parcelas do empréstimo de que trata este artigo serão aplicadas, as primeiras, aos fins nele especificados mediante a subscrição de ações, respectivamente, da Companhia do Metropolitano de São Paulo — Metrô e da DERSA — Desenvolvimento Rodoviário S. A., e a última ao DER — Departamento de Estradas de Rodagem, em numerário".

Justificativa

O Senhor Governador do Estado encaminhou o Projeto de Lei n. 466/75 visando a obtenção de recursos adicionais à complementação do plano rodoviário do Estado de São Paulo. Ocorre, porém, que no orçamento previsto para ano de 1976, o D.E.R., sofreu uma redução drástica em seus recursos para investimentos (cerca de 40%), o que vai gerar a paralisação de suas atuais obras e a impossibilidade de executar novas rodovias e recapeamentos em todo o Estado.

Cerca de cem municípios do Estado, ainda não obtiveram essa ajuda mínima a que teriam direito, ou seja, a obtenção de um acesso pavimentado à rede rodoviária do Estado.

A presente emenda, virá beneficiar esses municípios carentes, pois, de outra forma, terão de adiar, por mais dois ou três anos, tais melhoramentos, que entendemos imprescindíveis ao desenvolvimento dos mesmos.

Sala das Sessões, aos 16 de outubro de 1975

a) Horário Ortiz — João Gilberto Sampaio — Sebastião Marcondes — Manoel Salla — Emílio Justo — Nadir Kenan — Nefi Tales — Koyu Iha — Edson Tomaz de Lima — José Theophilo Albejante — Jayro Maltoni — Rubens Grawja — Osório Silveira — Gustavo Korte — Theodolina Rosário Ribeiro — Jorge Fernandes

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO N.º 1004, DE 1975

Requeremos, nos termos regimentais, seja consignado na ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações com a população de Mirassol e com os Diretores do jornal "Folha de Mirassol" pela sua fundação.

Requeremos, outrossim, seja dada ciência da homenagem que esta Casa lhe presta aos Diretores do referido órgão de imprensa.

Justificativa

Indubitavelmente, o jornal de uma cidade é o meio para a erudição do povo, de uma forma geral.

E' através da imprensa-falada, escrita ou televisionada — que se pode conhecer um povo: seus ideais e suas conquistas. E' por intermédio das notícias dos periódicos que podemos saber o que determinado povo pensa e quer, em todos os campos da atividade humana, educação, saúde, finanças, esportes, artes etc. . . . Enfim, pode-se dizer tudo isto em palavras mais simples: por o subdesenvolvido não possui imprensa. E sob tal aspecto, Mirassol prova que está no mesmo grau de desenvolvimento das cidades interioranas contando com uma imprensa que serve e agrada a todas as camadas sociais.

Suas páginas levam informações, reportagens e artigos que bem demonstram a atualidade vigorosa do jornal "Folha de Mirassol". E a satisfação fortifica uma esperança muito maior, quando um órgão posto em circulação como o referido jornal, tem a sua frente uma equipe de Jornalistas abalizados e experientes.

Assim sendo, a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo mui jubilosamente associa-se às comemorações que marcam tão grato evento.

Sala das Sessões, em 15-10-75

a) Adail Vettorazzo

REQUERIMENTO N.º 1005, DE 1975

A morte, para os seres vivos, é a cessação de tudo. É uma fatalidade biológica a que não nos acostumaremos jamais. Não a compreendemos.

Ela não nos avisa, não tem dia ou hora, não nos permite prepararmo-nos para a finalidade de nossos dias.

A morte é o impacto irresistível que anula e a negação; é luto.

E quando ela atinge pessoas que nos são caras, a nossa dor ultrapassa os limites do que é suportável. E' que ela deixa um vazio que permanecerá para sempre em nosso coração, porque não há retorno possível das regiões do Além.

O falecimento de Nagib Gabriel, cidadão que prestou os mais distintos e relevantes serviços à cidade de São José do Rio Preto, chocou a população desse grande mu-